

Guia para a COERÊNCIA DAS POLÍTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



CONCORD
European NGO confederation for relief and development

A União Europeia (UE) tem a responsabilidade de contribuir para um futuro mais sustentável – não apenas para as pessoas da própria UE, mas para todo o planeta. Isto significa que temos de alargar o nosso pensamento para considerar as consequências das nossas políticas na sustentabilidade à escala global.

Parece uma ideia simples, mas pode ser desafiante pô-la em prática. É aqui que entra a Coerência das Políticas para o Desenvolvimento Sustentável (CPDS). Este guia vai explicar como implementar a CPDS para garantir que a sustentabilidade é considerada na formulação de políticas na UE.

O que é a CPDS?


A **Coerência das Políticas para o Desenvolvimento Sustentável (CPDS)** foi introduzida em 2015 pela Agenda 2030 das Nações Unidas. A CPDS é uma abordagem para integrar as dimensões económica, social, ambiental e de governo do desenvolvimento sustentável em todas as fases da formulação de políticas nacionais e internacionais.

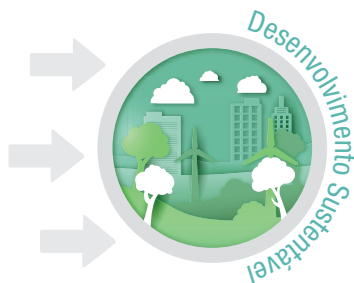
Ao aplicar cada vez mais a CPDS à sua formulação de políticas, a UE destaca o seu compromisso com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

O QUE É ENTÃO A CPD?

A Coerência das Políticas para o Desenvolvimento (CPD) é uma obrigação legal das instituições da UE. CPD significa que a UE não pode implementar políticas que possam ter impactos negativos nos países parceiros, podendo prejudicar o seu desenvolvimento. O conceito de CPD remonta há 37 anos e, mais recentemente, assenta no Artigo 208.º do Tratado de Lisboa (2009) e foi reiterado no Consenso Europeu sobre o Desenvolvimento (2017). É evidente que a CPDS é diferente e muito mais complexa do que a CPD, uma vez que estamos a passar da coerência unidirecional (CPD) para uma coerência multidirecional (CPDS).¹

Principais objetivos da CPDS²

-  **Promover sinergias** entre as áreas das políticas económicas, sociais, ambientais e de governo
-  **Identificar compromissos** e conciliar objetivos das políticas nacionais com objetivos acordados internacionalmente
-  **Abordar as repercussões** das políticas nacionais



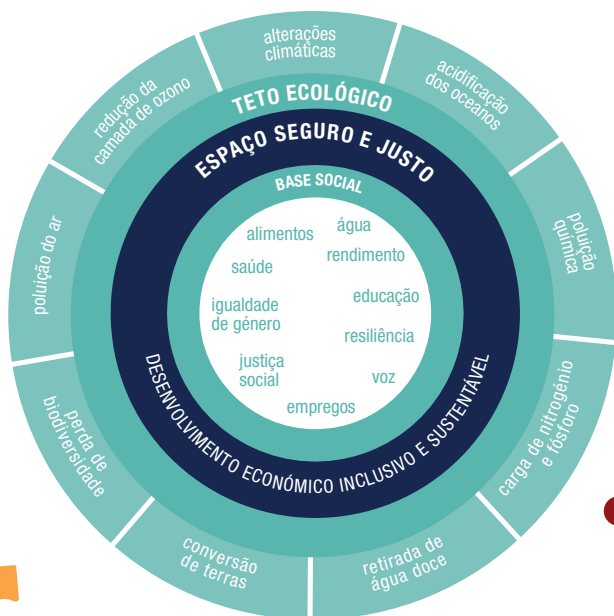
Porque é importante a CPDS?

As crescentes desigualdades económicas, sociais, ambientais e políticas estão hoje entre as questões mais complexas e urgentes. A CPDS ajuda-nos a entender que todas as políticas devem concorrer para alcançar a Agenda 2030, de modo a reduzir a pobreza e a desigualdade.

A CPDS também pretende garantir o uso ideal dos recursos disponíveis, não apenas na UE mas em todo o mundo. Equilibrar as dimensões

económica, social, ambiental e política da sustentabilidade vai criar um ciclo virtuoso, em vez do ciclo vicioso em que estamos presos, porque o aspeto económico é prioritário. A CPDS pode ajudar-nos a encontrar esse equilíbrio. O desenvolvimento económico inclusivo e sustentável deve respeitar o teto ecológico e a nossa base social, conforme sugerido no “Modelo Económico em forma de *Donut*” que em seguida se apresenta.

O Modelo Económico em forma de *Donut*³



Quem beneficia da CPDS?

A resposta simples é que todos beneficiam. As políticas que seguem o princípio da CPDS funcionam tanto para as pessoas como para o planeta, hoje e amanhã. No entanto, seguir o princípio da CPDS exige o envolvimento de todas as partes interessadas para atender aos vários interesses em jogo e resolver dilemas difíceis.

A CPDS na cooperação para o desenvolvimento da UE:

- **A CPDS é do interesse dos países parceiros**, uma vez que garante que os esforços dos parceiros para atingir os objetivos da Agenda 2030 não sejam prejudicados. Além disso, aumenta o impacto da ajuda da UE.
- **A CPDS é do interesse dos decisores políticos da UE**, uma vez que as políticas que seguem o princípio da CPDS têm menos probabilidade de conduzir a uma ação fragmentada, ineficiente e sobreposta, permitiriam reduzir os elevados custos operacionais da UE e aumentariam a eficácia da ajuda da UE.
- **A CPDS é do interesse dos cidadãos da UE**, porque conduz a uma formulação de políticas mais eficaz e eficiente, que dá bom uso ao dinheiro dos contribuintes da UE. Além disso, aumenta a responsabilização da UE perante os contribuintes.

Porquê agora?

É essencial falar de CPDS *agora*. Precisamos urgentemente de enfrentar as crescentes desigualdades económicas, sociais, ambientais e de governo na nossa sociedade. Além disso, precisamos de agir de forma a reduzir os efeitos devastadores da pandemia COVID-19, que reverteu, em décadas, o progresso feito para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.³

É vital que a UE integre a CPDS no início de qualquer política que possa potencialmente ter um impacto negativo num país parceiro⁴. Isso inclui a análise de conflitos de interesses e o abandono das prioridades internas da UE quando elas chocarem com o desenvolvimento sustentável global.



CPDS na prática



SEGURANÇA ALIMENTAR

A decisão da UE de liberalizar a Política Agrícola Comum (PAC) teve graves consequências negativas para a segurança alimentar de muitos países parceiros da UE. Só para dar um exemplo do impacto desta decisão, as exportações de aves para o continente africano aumentaram 400%, de 35.000 toneladas em 1996 para 140.000 toneladas em 2005. A concorrência desleal entre produtos importados mais baratos da UE e a produção local teve efeitos negativos consideráveis na subsistência das pessoas em África, diminuindo a procura de produtos locais e eliminando empregos. Embora as exportações de aves da UE tenham diminuído nos últimos anos, um relatório recente do Gana⁵ sublinhou como isso ainda tem um impacto significativo nas economias locais e contribui para a pressão migratória.

Se a UE tivesse aplicado uma abordagem de CPDS às exportações de alimentos para países parceiros, os mercados locais e a produção regional teriam sido protegidos. Além disso, uma abordagem de CPDS também se teria concentrado na promoção da igualdade de género, uma vez que quase 60% dos criadores de aves nos mercados regionais locais são mulheres⁶.



MIGRAÇÃO

As políticas da UE em matéria de migração podem ter um impacto negativo em regiões distantes da UE, nomeadamente minando a mobilidade intrarregional nos países parceiros. Isso é especialmente prejudicial porque, em algumas regiões, a mobilidade intrarregional é importante para o desenvolvimento local sustentável, através do trabalho sazonal nos setores da agricultura, pastorícia e comércio.

No Níger, por exemplo, o Acordo UE-Níger incluía uma política de gestão das fronteiras da UE que colocava pontos de controlo, que impediam sistematicamente as pessoas de se deslocarem para a Líbia, apesar do facto de a livre circulação estar garantida pelo Protocolo sobre a Livre Circulação de Pessoas e o Direito de Residência e Estabelecimento (1979). Assim, isso sufocou a mobilidade da mão-de-obra na Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO)⁷. Uma abordagem de CPDS teria tentado alinhar o Acordo UE-Níger com os quadros de mobilidade já existentes na região, protegendo o mercado laboral e o desenvolvimento económico e social da região da CEDEAO⁸.

INTERLIGAÇÕES GLOBAIS

A nossa sociedade está interligada à escala global, e as ações num lugar têm repercussões outro local. A título de exemplo, a empresa agrícola SOCFIN, sediada no Luxemburgo, tem beneficiado do apoio das agências de promoção de investimentos, que, por sua vez, são parcialmente apoiadas pela Comissão Europeia⁹.

No entanto, a empresa agrícola SOCFIN apropriou-se de terras em Malen, na Serra Leoa, para criar uma grande plantação de óleo de palma. Esta apropriação de terras teve um impacto negativo significativo sobre os meios de subsistência dos proprietários de terras locais, obrigando-os a sair, ameaçando a sua capacidade de autossustento, e limitando o seu acesso a serviços de saúde e à educação. Os protestos sobre a apropriação de terras levaram a violações dos direitos humanos cometidas pelas forças de segurança locais¹⁰.

Uma abordagem de CPDS promove a consulta efetiva das comunidades locais, como aspeto central do desenvolvimento de negócios sustentáveis para as empresas da UE que procuram adquirir terras nos países em vias de desenvolvimento. Esta abordagem também garante que os alertas vermelhos sejam emitidos mais cedo e força os atores da sociedade civil a realizar uma pesquisa mais detalhada sobre as políticas e as suas potenciais consequências para todas as partes interessadas, onde quer que se situem.



Como usar a CPDS

Das crescentes desigualdades económicas, sociais, ambientais e de governo resulta claro que a CPDS é necessária. Mas como podem os decisores políticos da UE usar a CPDS?

A nova lente para garantir a Coerência das Políticas para o Desenvolvimento Sustentável¹¹

AQUI E AGORA

A política equilibra as quatro dimensões do desenvolvimento sustentável? (social, ambiental, económica e governamental)

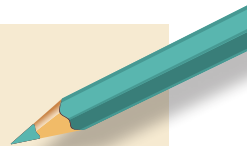
NOUTRO LUGAR

A política tem um impacto positivo ou negativo sobre a capacidade dos outros países para alcançarem o desenvolvimento sustentável?

MAIS TARDE

A política tem consequências para o potencial das futuras gerações viverem de forma sustentável?

Comece a analisar a CPDS¹²



- ✓ Existe uma declaração clara ao mais alto nível político de apoio à CPDS? Apoia-se em planos de ação?
- ✓ Foram consideradas as interligações de políticas (sinergias e compromissos) nas estratégias e propostas de políticas setoriais?
- ✓ Foram implementados mecanismos para garantir esforços sustentados para lá dos ciclos eleitorais?
- ✓ Quais são os efeitos da política prevista além das nossas fronteiras e para as gerações futuras?
- ✓ Foram implementados mecanismos para mitigar os impactos potencialmente negativos?
- ✓ O mecanismo de coordenação está situado estrategicamente para promover a coerência e resolver os conflitos de políticas que surjam?
- ✓ As responsabilidades de implementação estão claramente divididas e as ações alinhadas entre os vários níveis de governo?
- ✓ Que mecanismos foram implementados para garantir que o contributo das partes interessadas é integrado nos processos de decisão?
- ✓ Foram implementados mecanismos para monitorizar os impactos das políticas e comunicá-los ao público?

Recomendações principais



A Comissão Europeia deve desenvolver uma Estratégia 2030 para uma Europa Sustentável e um Plano de Implementação para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que incluam um roteiro da CPDS, para garantir uma abordagem integrada, direcionada e com prazos. Neste contexto, a Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, deve assumir a liderança e a responsabilidade central pela Coerência das Políticas para o Desenvolvimento Sustentável na Comissão Europeia.

O Parlamento Europeu deve responsabilizar a Comissão Europeia pelos seus compromissos com o desenvolvimento sustentável, exigindo que a Comissão Europeia apresente uma Estratégia 2030 para uma Europa Sustentável e o Plano de Implementação para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, com ênfase na CPDS. Além disso, a CPDS deve passar a ser da responsabilidade de relatores específicos de CPDS, integrados em todas as comissões e grupos políticos do Parlamento Europeu.

Os Estados-Membros da UE devem criar mecanismos de coordenação interministerial que abordem o impacto das políticas nacionais nos outros países. Estes mecanismos devem ser capazes de analisar as políticas que contribuam de forma positiva ou negativa para o desenvolvimento sustentável num país, bem como ter em conta o impacto específico nos países em desenvolvimento e no planeta como um todo.

Para mais informações sobre a CPDS, contacte a **CONCORD Europa**.

Notas finais

1. Para mais informações, consulte a explicação da ECDMP sobre as múltiplas dimensões da coerência das políticas (Promoting policy coherence: Lessons learned in EU development cooperation, p.17, 2020)
2. Adaptado do kit da OCDE sobre CPDS (2015)
3. O Modelo Económico em forma de Donut desenvolvido por Kate Raworth no livro *Doughnut Economics: Seven Ways to Think Like a 21st-Century Economist* (2017) é uma referência visual para o desenvolvimento sustentável, que sugere que o desempenho de uma economia deve ser medido em relação à medida pela qual as necessidades das pessoas são satisfeitas sem ultrapassar o limite ecológico da Terra.
4. Veja por exemplo <https://unstats.un.org/sdgs/report/2020/> ou <https://www.inc.com/jason-aten/bill-gates-says-pandemic-has-set-us-back-25-years-what-it-will-take-to-change-that.html>
5. Para mais informações, consulte os relatórios da CONCORD The impact of EU policies in the World (2017) ou o posterior resumo The impact of EU policies in the world - one year on (2018)
6. Livingstone E., Marks S, Ghana's poultry industry accuses EU of unfair competition, 2020
7. T. C Keambou, J. R Kana, A.M Ngah, A. Tedongmo, S. R. Juliano, F.Lisita, Y. Manjeli, Socio-economic, technical characteristics and challenges to local chicken production in the Western Highlands of Cameroon, 2016.
8. SDG Watch Europe, Who is paying the bill ? (Negative) impacts of EU policies and practices in the world, p.137, 2019.
9. Direção-Geral de Políticas Externas, Land grabbing and human rights: The involvement of European corporate and financial entities in land grabbing outside the European Union, 2016.
10. FIAN Belgium, Focus on the Investigation Report on the Malen land dispute - Human rights analysis of the core elements (and omissions) for the conflict resolution process, 2020.
11. Adaptado da Recomendação da OCDE sobre CPDS, p. 2, 2019
12. Adaptado da Lista de autoavaliação da OCDE sobre CPDS. Para outras referências, consulte o quadro do ECDPM para um sistema de coerência das políticas (p.19). Para mais orientações, consulte o kit da OCDE para a CPDS ou o dossiê do ECDPM sobre CPDS

AGRADECIMENTOS

Este resumo foi escrito com o valioso contributo dos membros do grupo de trabalho da CONCORD sobre Coerência das Políticas para o Desenvolvimento Sustentável
 Coordenação e redação: Alexandra Rosen e Myriam Gambini (CONCORD Europa)
 Design: www.profigrafik.sk - coordenado por Katarzyna Krok (CONCORD Europa)
 Editado por: CONCORD Europa - Rue de l'industrie 10 - 1000 Bruxelas, Bélgica
 Ano de publicação: 2020
 As posições assumidas neste documento são as da CONCORD Europa.



Este guia foi traduzido para Português no âmbito do projeto #CoerênciaNaPresidência, implementado pela FEC, IMVF e CIDSE. Este projeto é financiado pelo Camões - Instituto da Cooperação e da Língua.
www.coerencia.pt